

CONHECIMENTO PROCEDIMENTAL E GETTIERIZAÇÃO

Luís Estevinha

Professor na Universidade Federal do Ceará
CNPq

Natal, v. 21, n. 36
Jul.-Dez. 2014, p. 9-26

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: Defendo que o conhecimento procedimental *não* é susceptível de sofrer *gettierização*, uma vez que não está inserido no conjunto de objetos epistémicos que se dispõem a ser afetados por contraexemplos tipo-Gettier.

Palavras-chave: Conhecimento procedimental; Conhecimento proposicional; Gettierização.

Abstract: I argue that know-how can't be *gettierized* because it is not included in the set of epistemic objects prone to experience *gettierization*.

Keywords: Know-how; Know-that; Gettierization.

Introdução

Discuto neste artigo se o conhecimento procedimental, ou saber-fazer, é redutível ao conhecimento proposicional—por, como defendem alguns intelectualistas e rejeitam outros tantos anti-intelectualistas, este último partilhar com o primeiro a bizarra propriedade epistémica de ser *gettierizável*. Defendo uma resposta negativa à tese da redução, fugindo no entanto aos habituais trâmites anti-intelectualistas, alegando, *contra* as duas posições, que existe um equívoco fundamental acerca da possibilidade de *gettierização* de qualquer instância de conhecimento e, por conseguinte, de qualquer instância de conhecimento procedimental. Começo por elucidar a discussão contemporânea entre as posições intelectualista e anti-intelectualista, dando ênfase à origem do debate na obra de Gilbert Ryle. Tendo depois lançar alguma luz sobre a propriedade epistémica “*ser gettierizável*”, a qual alegadamente decidirá a contenda e mostrando de que maneira é suposto decidi-la. Passo então em revista a proposta *pró-gettierização* do conhecimento procedimental dos intelectualistas Jason Stanley e Timothy Williamson, de um lado, e as propostas *anti-gettierização* do mesmo tipo de conhecimento sugeridas pelos anti-intelectualistas Ted Poston, Yuri Cath, Adam Carter & Duncan Pritchard. No final do artigo submeto as minhas próprias alegações e considero uma objecção a essas alegações.

1. Elucidando o debate entre intelectualismo e anti-intelectualismo

Muitas obras contemporâneas de epistemologia referem-se à distinção entre conhecimento proposicional (conhecimento-que) e conhecimento procedimental (conhecimento-como ou saber-como). *Grosso modo*, o primeiro é conhecimento de proposições de carácter declarativo, por exemplo, o saber que a *Torre Eiffel está em Paris*, ao passo que o segundo é um saber como executar uma determinada tarefa, por exemplo como preparar uma refeição.

O intelectualismo é a corrente filosófica que reclama que o conhecimento procedimental é, ou é redutível a, conhecimento

proposicional. O anti-intelectualismo é naturalmente a posição antagónica.

A tese intelectualista pode ser lida de várias maneiras:

Formulação *Identitária* (FI): O conhecimento-como é conhecimento-proposicional.

Formulação *Mereológica* (FM): O conhecimento procedimental é uma subespécie do conhecimento proposicional.

Formulação *Reduccionista* (FR): O conhecimento procedimental é redutível ao conhecimento proposicional.

Não líquido que estas três formulações sejam absolutamente equivalentes. Por exemplo, a FI parece implicar uma identidade *estricta* entre os dois tipos de conhecimento: se assim fosse, (1) todos os casos de conhecimento proposicional seriam também casos de conhecimento procedimental e, *mutatis mutandis*, (2) todos os casos deste último seriam também casos do primeiro. É, no entanto, implausível que os paladinos do intelectualismo se comprometam com (1), rejeitando portanto com uma equivalência extensional entre os dois tipos de conhecimento (ou entre os seus conceitos).

O intelectualista típico parece estar comprometido com versões da FM ou da FR. Será, pois, assim que neste artigo interpretaremos a sua posição.

Gilbert Ryle (1949, p. 17-8) famosamente caracteriza a tese intelectualista da redução. Da sua perspectiva, para o defensor do intelectualismo não é suficiente a ação seguir regras e critérios para ser considerada inteligente, correta, habilidosa e competente. A ação exhibe, revela, evidencia essas propriedades se e só se o agente pensa no que faz enquanto o faz (ou pensou como fazê-lo antes de o fazer). Se o agente não pensasse no que faz, então não executaria de modo tão apropriado. O saber-como é *assimilado* pelo saber-que (conhecimento proposicional) porque o

desempenho inteligente exige a observância de regras ou a aplicação de critérios, e isso exige *compreensão consciente* dessas regras ou critérios. Por conseguinte, há um processo *interno* de identificação e autorização de certas proposições acerca do que se faz ou do que há a fazer. O agente tem de *rezar* para si próprio antes de fazer.

Assim, o intelectualismo, *grosso modo* considerado como a teoria de que o conhecimento-como é conhecimento-que, estabelece as seguintes condições *necessárias* para o conhecimento procedimental:

1. O conhecimento consciente de proposições, i.e., a consideração de significados acerca do que deve ser feito;
2. Executar o que essas proposições indicam.

A necessidade de considerar conscientemente proposições de modo a agir de forma apropriada é implausível para Ryle, mesmo supondo que esse acto de considerar proposições é muito rápido e não notado conscientemente pelo agente. Saber fazer φ , para muitas instâncias de φ , mas talvez não para todas, *não* demanda as duas operações estabelecidas em por 1 e 2. Para Ryle (1949, p. 19), por exemplo, saber detectar falácias não demanda a consideração de proposições da lógica aristotélica; uma larga maioria de pessoas sabe fazê-lo e não tem a menor ideia do que seja um silogismo ou uma regra de inferência.

Ryle monta o seu argumento contra o intelectualismo usando as premissas fundamentais dessa posição, para depois as tentar falsear. Esse argumento pode ser sumariado da seguinte forma:

Suposição 1: Saber fazer φ exige a consideração prévia de proposições p , q , r acerca do que fazer e de como fazer. (Suposição intelectualista colocada por Ryle para *reductio ad absurdum*).

Suposição 2: Qualquer consideração prévia de proposições é em si mesma um fazer, uma tarefa. (Suposição genérica, aceite por ambos os lados).

Suposição 3: Segue-se das suposições 1 e 2 que saber fazer (a tarefa descrita em S2) requer uma nova tarefa de consideração de outras proposições, etc. (Conclusão parcial do intelectualismo).

Suposição 4: Segue-se da suposição 3 que, se for verdadeira, haverá um regresso *causal* ao infinito no processo de execução competente de um qualquer (saber) fazer. (Suposição adicional de Ryle).

Corolário: Se a suposição 4 for verdadeira, nunca ninguém saberá realmente *como* executar qualquer tarefa, ou sequer conseguirá fazê-lo.

Suposição adicional 1: muitos seres humanos, agentes cognitivos responsáveis e causalmente eficazes, *sabem como* fazer muitas coisas. (Suposição adicional para *modus tollens*, negação do corolário).

Suposição adicional 2: O corolário e a *Suposição adicional 1* são contraditórios.

Corolário anti-intelectualista: A *suposição 1* é falsa (*Sup 1... até Sup adicional 2, reductio ad absurdum*).

Portanto, para Ryle, a aplicação de um critério de correção do agir não pode demandar um processo de considerar conscientemente esse critério, sob pena de nunca ocorrer a sua implementação – em virtude do regresso que a alegada necessidade da consideração consciente do critério impõe.

O argumento de Ryle contra o intelectualismo é formulado de maneira bem mais simples por Stanley e Williamson (2001, p. 413) nas seguintes premissas:

(1) Se alguém faz F , então usa conhecimento de como fazer F .

(2) Se alguém usa conhecimento de que p , então contempla a proposição que p .

Stanley e Williamson criticam o alcance do argumento (2001: 415-6). Começam por afirmar que (1) só poderá ser verdadeira se a expressão alguém faz F for lida na acepção “alguém faz F *intencionalmente*”, uma vez que há muitos casos em que alguém faz F sem usar conhecimento de como fazer F (e.g., digerir uma refeição ou ganhar a loteria). Depois chamam a nossa atenção para o alegado facto de que se a expressão (E) “contempla a proposição que p ” (a consequente de (2)) for lida no sentido intencional, então (2) será falsa, uma vez que, segundo eles, Carl Ginet (S&W *apud* Ginet, 1975, p. 7) mostrou que é possível para alguém *exercer* o seu conhecimento-que sem ser necessário o acto de contemplar intencionalmente proposições (por exemplo, para abrir uma porta não é necessário alguém considerar conscientemente proposições acerca de como abrir uma porta). Nesse caso, a necessidade de um acto suplementar de contemplação da proposição na base do exercício cai por terra. E se a leitura de (E) não é feita no sentido intencional, então haverá uma discrepância entre o que as duas premissas sugerem, pois a verdade de (1) sugere uma leitura intencional de (E). Stanley e Williamson defendem que, se assim for, o argumento de Ryle não será procedente.

Stanley e Williamson (2001) e Stanley (2011) famosamente escolhem argumentar a favor do intelectualismo recorrendo a considerações sobre a semântica e o uso linguístico de expressões que atribuem ou negam conhecimento proposicional ou conhecimento procedimental a um qualquer agente cognitivo. Alicerçados nessa estratégia, eles desviam o eixo do problema da epistemologia para a filosofia da linguagem. Todavia, este não parece ser um problema de linguagem ou de usos linguísticos, nem sequer um problema solucionável tecendo considerações acerca de significados e seus usos. Essas considerações do foro linguístico parecem introduzir importantes problemas meta-epistémicos, mas

não são, da minha perspectiva, relevantes para entender a ontologia do próprio conhecimento e suas variantes.¹ Sintomático do que acabei de afirmar é a necessidade que Stanley e Williamson sentiram de discutir a possibilidade de o conhecimento procedimental possuir (ou não) uma propriedade epistémica geralmente atribuída ao conhecimento proposicional. O desfecho desta discussão, do foro da epistemologia e não da teoria dos significados ou da teoria das atribuições, parece ser determinante para decidir a querela entre intelectualistas e anti-intelectualistas.

2. Em busca da propriedade “ser gettierizável”

É uma propriedade epistémica alegadamente exibida por um qualquer candidato a definir conhecimento (por exemplo, crença verdadeira justificada: *vide* Gettier 1963), estabelecido geralmente numa qualquer tentativa de analisar o conceito de conhecimento com recurso a conceitos aparentemente mais primitivos, claros e explicativos que esse conceito. O candidato a conhecimento que exhibe essa propriedade nunca poderá satisfazer extensionalmente ou intensionalmente esse conceito! Isto significa que o candidato *gettierizado* a conhecimento *não* pode ser conhecimento, justamente por exhibir essa propriedade.

¹ O principal argumento desta índole apresentado por Stanley e Williamson (2001), e reafirmado por Stanley (2011, p. 36), refere-se à identificação ou unificação, em contextos de atribuição de conhecimento (ou ignorância), do conhecimento-como com o conhecimento-de-onde, o conhecimento-de-quem, o conhecimento-de-porquê, etc., (em inglês, sintetizados na expressão *know-wh*, que inclui e abrevia *know-why*, *know-where*, etc.). A ideia é que ao atribuir-se conhecimento procedimental a um agente está-se também a atribuir-lhe alguns destes tipos de conhecimento, *os quais podem por sua vez ser reduzidos a conhecimento proposicional*. Por exemplo, atribuir conhecimento a Ricardo de como preparar uma refeição é atribuir-lhe conhecimento de onde estão os ingredientes, os utensílios de cozinha, do porquê os ingredientes se comportarem de determinada maneira etc. Por transitividade, afirmam os intelectualistas, o conhecimento-como será redutível a conhecimento proposicional. As ramificações e controvérsias desta proposta não irão ser trabalhadas aqui.

Considere-se o seguinte caso tipo-Gettier que revela um candidato a conhecimento que exhibe a supracitada propriedade:

FERRARI – João acredita justificadamente que um dos seus colegas de trabalho possui um Ferrari porque viu Maria, sua colega de trabalho, chegar ao escritório conduzindo um Ferrari e porque ela lhe disse que era a proprietária desse veículo. Porém, Maria não disse a verdade a João: ela apenas alugou o Ferrari e não é realmente proprietária do referido carro ou de qualquer outro Ferrari. Mas sem que João esteja disso consciente, uma outra sua colega de trabalho, Vera, é de facto proprietária de um Ferrari. João tem portanto uma *crença verdadeira justificado* – o candidato a conhecimento – que uma sua colega de trabalho tem um Ferrari, mas não é possível creditar conhecimento (proposicional) disso a João. A crença verdadeira e justificada de João não só é acidentalmente verdadeira como está acidentalmente justificada. Está pois *gettierizada*! Não é conhecimento.

Este caso mostra um contraexemplo à hipótese de que o conhecimento proposicional é crença verdadeira justificada. Um candidato a definir conhecimento exhibe portanto a propriedade (Y) de “ser gettierizável” sempre que for insuficiente como definição do conhecimento em virtude de sofrer do mesmo tipo de problemas descritos em FERRARI, ou similares.

3. Acerca da possibilidade de *gettierização* do conhecimento procedimental

Depois de defenderem extensivamente a posição intelectualista com recurso análises de significados e relações linguísticas, Stanley e Williamson (2001, p. 434-5) questionam a tese de que o conhecimento procedimental é distinto do conhecimento proposicional em virtude de o segundo possuir a propriedade Y que o primeiro não possui. Para estes defensores do intelectualismo o conhecimento procedimental possui essa propriedade do mesmo modo e na mesma medida que o conhecimento proposicional e, portanto, aquele pode ser reduzido a este. Como veremos adiante, para anti-intelectualistas salientes é no mínimo duvidoso que o conhecimento procedimental possa ter e exhibir essa propriedade. Para esses, a não posse e a não exibição

dessa propriedade por parte do conhecimento procedimental revela que este não é redutível ao conhecimento proposicional.

Stanley e Williamson propõem um caso tipo-Gettier que alegadamente comprova a possibilidade de *gettierização* do conhecimento procedimental:

BOB – “Bob quer aprender a voar usando um simulador de voo. Ele é instruído por Henry. Sem que Bob o saiba, Henry é um impostor malicioso que inseriu um dispositivo (*randomizador*) que baralha o simulador e cujo objectivo é fornecer todo o tipo de ensinamentos errados. Felizmente, por puro acaso, o dispositivo faz com que o simulador dê exactamente os mesmos resultados que teria dado sem a sua intervenção, e assim, por sua incompetência, Henry dá a Bob exactamente os mesmos ensinamentos que um verdadeiro instructor de voo lhe teria dado. Bob é aprovado com distinção no curso de voo. Todavia, ele ainda não pilotou qualquer avião real. Bob tem *crenças verdadeiras e justificadas* acerca de *como* voar. Mas num certo sentido ele *não sabe como voar.*” (2001, p. 435. Tradução e grifos meus)

Note-se que BOB ser, se for, um contraexemplo tipo-Gettier para o conhecimento procedimental não garante ao intelectualista a verdade da tese da redução (ver acima as formulações “FM” e “FR”). Apenas garante que o anti-intelectualismo não pode apelar para o argumento da *gettierização* para sustentar a falsidade tese da redução que tenho vindo a descrever.

4. Acerca da impossibilidade de *gettierização* do conhecimento procedimental

Do lado da oposição à possibilidade de *gettierização* do conhecimento procedimental, Poston (2009, p. 744) famosamente apresenta um (1) argumento negativo que pretende mostrar a falta de alcance do alegado contraexemplo BOB, acrescentando a isso (2) um argumento positivo, que no seu entender demonstra em absoluto a impossibilidade de existirem, conseqüentemente, de serem apresentados, casos tipo-Gettier para o conhecimento procedimental.

Argumento negativo de Poston: há uma *intuição* muito forte de que apesar de o processo de aprendizagem de Bob ter sido

deficiente do ponto de vista estrutural, Bob realmente *sabe como* pilotar o avião, porque aprendeu, embora por via de um processo estranhamente acidental, o necessário e suficiente para saber como pilotar.

Stanley (2011, p. 177-8) não parece opor-se a esta intuição de Poston, o que o leva a reconhecer que BOB pode não ser suficiente para garantir a tese da *gettierização* do conhecimento procedimental.

Argumento positivo de Poston:

1. Se existem casos tipo-Gettier para o conhecimento procedimental, então nesses casos o agente executa φ de forma inteligente e bem-sucedida, sendo que φ incide sobre ações.²
2. Se alguém executa φ de forma inteligente e bem-sucedida, então sabe como executar φ .

Premissa adicional. As condições de execução inteligente de φ e de sucesso da execução de φ estão para o conhecimento procedimental tal como as condições de crença justificada que p e de verdade que p estão para o conhecimento proposicional; i.e., as primeiras são análogas às segundas, considerando-se os diferentes tipos de conhecimento.

O ponto de Poston:

“Considerando <o conteúdo> da primeira premissa, a condição suficiente <para o conhecimento procedimental> estabelecida na

² Um revisor anónimo, a quem agradeço, notou alguma ambiguidade nesta formulação, principalmente no que respeita à afirmação de Poston que Bob (por exemplo) *executa* o voo de forma inteligente e bem-sucedida. Na verdade, Poston parece estar correto: Bob executa o voo de forma inteligente e bem-sucedida. Não se lhe podem imputar responsabilidades pela maquinação do seu malévolos instrutor. Por outras palavras, a actividade de Bob é inteligente e bem-sucedida em razão da informação disponível para ele *nessas* circunstâncias (Bob não tem qualquer razão para desconfiar do que se passa)

segunda premissa é satisfeita. Portanto, qualquer alegado caso Gettier para o conhecimento-como acabará por não o ser, uma vez que será um caso genuíno de conhecimento-como” (*ibid.*).

Assim, qualquer alegado caso tipo-Gettier para o conhecimento procedimental será, pois, um putativo caso de *gettierização* desse tipo de conhecimento, uma vez que para qualquer caso poder ser um candidato a caso de *gettierização* deverá ser um caso em que as condições suficientes para alguém ter conhecimento procedimental – executar ϕ de forma inteligente e bem-sucedida – é satisfeita.

Stanley (2011, p. 177) aceita a Premissa 1 de Poston mas rejeita a 2. Para ele, por um lado, a analogia entre crença verdadeira justificada e a execução inteligente e bem-sucedida estabelecida por Poston implicaria que o conhecimento proposicional fosse mera crença verdadeira justificada, o que Gettier nos ensinou não ser. E, por outro lado, a intuição de Poston de que o conhecimento procedimental é no essencial execução inteligente e bem-sucedida necessita de ser defendida positivamente, coisa que, segundo Stanley, Poston não faz. Stanley remete inclusive a rejeição dessa intuição para um estudo empírico levado a cabo por Bengson, Moffett, & Wright, J. (2009), no qual um alegado caso (IRINA)³ de exercício inteligente e bem-sucedido de uma atividade não recebeu de uma larga maioria de pessoas – uma amostra considerável (cerca 138 pessoas, num universo de 170) – o estatuto de conhecimento procedimental. Stanley crê que

³ Resumidamente, Irina é uma *skater* principiante que decide tentar um salto complexo no seu skate. O salto chama-se *Salchow*. Ela não sabe como executar esse malabarismo e pensa que é executável diferentemente do que realmente é. Mas, devido a uma anomalia neurológica que sempre a faz agir de forma diferente do que ela intenciona, ela sempre faz os movimentos correctos do *Salchow*, pensando que está a fazer os movimentos errados que acredita corresponderem a esse malabarismo. Assim, sempre que Irina quer fazer um *Salchow*, acaba por fazê-lo de forma bem-sucedida e inteligente; mas para 138 de 170 pessoas a quem o caso foi mostrado Irina *não sabe como* fazer esse malabarismo. Isto mostra, alegadamente, na opinião de Stanley, que haver execução inteligente e bem-sucedida por parte de um agente *pode* não ser suficiente para esse agente possuir conhecimento procedimental.

podemos confiar nesta evidência empírica para apoiar a intuição, contrária à de Poston, de que saber é mais do que executar de forma inteligente e bem-sucedida.

No sentido de defender a sua alternativa à proposta intelectualista, alternativa segundo a qual a execução inteligente e bem sucedida é análoga à crença verdadeira e justificada, Stanley (*ibid.*) discute também o seguinte caso proposto por Yuri Cath:

The Lucky Light Bulb – Charlie quer aprender a mudar uma lâmpada, mas não sabe quase nada acerca de casquilhos de lâmpadas ou lâmpadas [...]. Para suprir esta deficiência, Charlie consulta o *Guia dos Idiotas Para os Trabalhos do Quotidiano*. Nesse guia ele encontra um conjunto de instruções precisas [...] e a maneira de mudar a lâmpada. Ele assimila perfeitamente estas instruções. E então há uma maneira, chame-se “m1”, tal que agora Charlie acredita que m1 é uma maneira de mudar a lâmpada [...]. No entanto, sem que Charlie o saiba, ele foi extremamente sortudo ao ler essas instruções, pois o autor do *Guia dos Idiotas* encheu-o de instruções enganadoras. Em todas as entradas ela intencionalmente apresentou de forma errada os objetos envolvidos no trabalho e descreveu uma sequência de tarefas que não se constituem como a maneira de o fazer. Contudo, na gráfica, um erro de computador fez com que, numa única cópia do Guia, o texto da entrada “Mudar uma lâmpada” tivesse sido aleatoriamente substituído por um novo texto. Por uma incrível coincidência, este texto apresentou o conjunto claro e preciso de instruções que Charlie viria a consultar. (Cath, 2011, §1).

Stanley (*ibid.*) reconhece que, no exemplo de Cath, Charlie parece ter crença verdadeira justificada acerca de como mudar a lâmpada, mas não conhecimento acerca de *como* o fazer: “Charlie acredita, mas não sabe, que m1 é uma maneira de mudar a lâmpada” (Stanley, 2011, p. 179).

Porém, Stanley sugere que o caso sugerido por Cath incorre numa generalização abusiva para *todos* os tipos de conhecimento-que, nomeadamente alguns tipos de conhecimento-*w* que segundo ele, com base em argumentação independente desta, podem ser identificados com conhecimento proposicional. Para Stanley, essa sobre-generalização é ilegítima porque há casos (*cf. Lucky Light Bulb II*) de conhecimento-*w* (logo, de conhecimento-que e

conhecimento-como) que são *menos* susceptíveis de *gettierização* (2011, p. 180).

Claro que este argumento de Stanley parece necessitar de uma defesa da suposição que o conhecimento procedimental é conhecimento-*w*, e muito embora Stanley tenha feito essa defesa de forma extensiva a partir da filosofia da linguagem, o único bom argumento que parece ter a partir da epistemologia é o de que o conhecimento procedimental é também *gettierizável*. Mas como isso é justamente o que Stanley está a defender, parece haver um círculo pouco virtuoso no que respeita à demonstração, a partir de uma análise epistemológica, da possibilidade de *gettierização* do conhecimento procedimental.

Mais recentemente, Adam Carter e Duncan Pritchard (2013) tentam defender que a estratégia de Stanley para demonstrar a possibilidade de *gettierização* do conhecimento-como não resiste bem à distinção entre acaso epistémico interventivo e acaso epistémico ambiental.

Da sua perspectiva, e muito resumidamente, o conhecimento procedimental é mais resistente ao acaso epistémico *ambiental* do que o conhecimento proposicional; logo, embora *gettierizável* via acaso epistémico interventivo, o conhecimento procedimental é no fim de contas diferente do conhecimento proposicional, na medida em que tem um comportamento diferente a um tipo específico de acaso epistémico causador de *gettierização*.

Este argumento está, porém, dependente da ideia de que o acaso epistémico ambiental é fonte de *gettierização*, algo pouco pacífico.⁴ Por outro lado, não parecem completamente claras as associações usadas por Carter e Pritchard para mostrar a

⁴ O famoso Caso do Celeiro-fachada, de Ginet-Goldman (*cf* Goldman 1976), ainda hoje coloca em disputa opiniões contrárias acerca da possibilidade de *gettierização* em cenários em que o factor Acaso não é interventivo mas meramente presente. Adeptos da distinção entre acaso epistémico interventivo e acaso epistémico ambiental (não interventivo), como Pritchard, e adeptos de uma só forma de acaso, como Sosa (2007), disputam ainda a eficácia do acaso epistémico meramente ambiental.

identidade entre, por exemplo, entendimento-*w*, compreensão-*por-qué* e conhecimento procedimental.⁵

5. Uma perspectiva diferente

Tanto os defensores do intelectualismo como os do anti-intelectualismo debatem acerca da possibilidade ou impossibilidade de o conhecimento exibir uma propriedade epistémica tipicamente atribuída ao conhecimento proposicional: a propriedade (γ) “ser *gettierizável*”. Recorde-se, porém, o sentido *original* de γ tal como sugerido no artigo de Gettier e posteriormente levado em conta por uma vasta quantidade de literatura sobre análise do conhecimento e *gettierização*. Esse sentido original é o seguinte: A propriedade γ é aplicável ao *candidato* a conhecimento; nos casos Gettier originais, esse candidato era obviamente a crença verdadeira e justificada de um agente cognitivo.⁶

Parece-me, todavia, estranho, para dizer o mínimo, sugerir-se que o conhecimento proposicional e o conhecimento procedimental possam exibir γ . A propriedade “ser *gettierizável*” pode talvez ser exibida pelos candidatos conceptuais a definir conhecimento ou pelas contrapartes ontológicas desses candidatos, uma vez que a sua ocorrência não é suficiente para haver conhecimento (proposicional ou procedimental). Mas o conhecimento, seja de que tipo for, não pode ficar aquém de si próprio, quer dizer, o conhecimento – de um certo tipo – não pode ser insuficiente para haver conhecimento – desse mesmo tipo. Fica

⁵ As relações entre compreensão, entendimento e conhecimento não são, a meu ver, suficientemente desenvolvidas por Carter e Pritchard de modo a permitir o estabelecimento de reduções ou identificações entre as variações destes conceitos. O texto de Carter e Pritchard não explica o que se entende por cada um deles, ainda que basicamente. No entanto tem a ambição de os identificar entre si ou de os reduzir.

⁶ As múltiplas tentativas pós-Gettier de reparar a chamada análise tripartida do conhecimento, acrescentando novas condições que dariam a desejada suficiência a essa análise, levou-nos a candidatos muito diferentes e muito mais complexos. Essa variação não é contudo relevante para os propósitos gerais deste artigo.

pois a ideia que se está perante um erro categorial quando se fala de *gettierização* do conhecimento ou de certos tipos de conhecimento, uma vez que essa propriedade não é atribuível ao conhecimento ou a tipos de conhecimento mas sim aos candidatos que pretendem satisfazer conceptualmente certas noções de conhecimento.

Se a avaliação for correta, o intelectualismo ou o anti-intelectualismo não poderão demonstrar que isso que fica aquém de conhecimento procedimental é ou não *gettierizável* sem *pressupor* de antemão que isso que fica aquém é conhecimento procedimental; logo, haverá sempre uma petição de princípio associada à tentativa de discernir a questão da redução do conhecimento procedimental ao conhecimento procedimental com apelo à exibição ou não exibição de γ .

A consequência imediata da eventual correção do argumento por mim agora apresentado é a de que a disputa entre intelectualismo e anti-intelectualismo não pode ser resolvida com recurso à ideia de *gettierização* ou a uma qualquer propriedade associada a essa ideia.

6. Objeção ao argumento colocado no ponto 5

A objecção que se levanta de imediato é que o argumento cai porque se vale de questões de ordem meramente terminológica.⁷ Assim, a ideia dos críticos do argumento sugerido na secção anterior é a de que Stanley *et al.* não querem *literalmente* dizer que o conhecimento procedimental é *gettierizável* (quer dizer, que possui uma propriedade que não pode possuir), mas sim que o *candidato provável* a conhecimento procedimental é (ou não) *gettierizável*, e que isso pode ajudar-nos a aferir se o conhecimento-como é (ou não) *redutível* ao conhecimento proposicional.

⁷ Agradeço a Elia Zardini, Ricardo Santos e David Yates (do LanCog), bem como a Emerson Valcarengi e a um revisor anónimo pelo ponto e pelas úteis discussões em torno dele.

Porém, também não me parece esta objecção seja eficaz ou favorável a qualquer dos lados, uma vez que Stanley *et al.* estão justamente a assumir que o candidato a conhecimento procedimental, ou seja, a execução inteligente e bem-sucedida, é redutível ao principal candidato a conhecimento proposicional, ou seja, à crença verdadeira justificada. Mas esta suposição, se verdadeira, tornaria o debate em torno da redução via gettierização redundante, uma vez que é sobejamente aceite, quase pacífico até, que o candidato a conhecimento proposicional é gettierizável.

Assim, ou o debate se refere ao candidato a conhecimento, como sugerem os proponentes da discussão e os críticos do meu argumento, e a questão torna-se redundante ou não solucionável por essa forma sem a inclusão de circularidade (viciosa) explicativa, ou então a propriedade é aplicada na discussão a algo que não a pode ter e, por conseguinte, há um erro categorial grave que corrompe à nascença essa discussão. Consequentemente, seja qual for a vertente interpretativa por que se opte, o problema apresenta-se como muito mais do que meramente terminológico.

Referências

BENGSON, J.; MOFFETT, M.; WRIGHT, J. The Folk on Knowing How. *Philosophical Studies*, 142, p. 24-50, 2009.

CARTER, J. A.; PRITCHARD, D. H. Knowledge-How and Epistemic Luck. *Noûs*, 2013. (Online First, DOI: 10.1111/nous.12054).

CATH, Y. Knowing How Without Knowing That. In: BENGSON, J.; MOFFETT, M. (Ed.). *Knowing How: Essays on Knowledge, Mind and Action*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 113-35.

GETTIER. Is Justified True Belief Knowledge?. *Analysis*, 23, p. 121–123, 1963.

POSTON, T. Know-How to be Gettiered?. *Philosophy and Phenomenological Research*, 79, p. 743-7, 2009.

GOLDMAN, A. Discrimination and Perceptual Knowledge. *The Journal of Philosophy*, LXXIII, p. 771-791, 1976.

RYLE, G. *The Concept of Mind*. Chicago: Chicago University Press, 1949.

STANLEY, J. *Know How*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

STANLEY, J.; WILLIAMSON, T. Knowing How. *Journal of Philosophy*, 98, p. 411-44, 2001.

SOSA, E. *A Virtue Epistemology: Apt Belief and Reflective Knowledge*, Oxford: Oxford University Press, 2007.

Artigo recebido em 1/12/2014, aprovado em 10/03/2015